

Nem seis anos, nem reeleição

Sarney
CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney não aceita ficar seis anos no governo, como determina a atual Constituição, muito menos, admite o princípio de reeleição para candidatar-se outra vez. Reconhece que a decisão caberá à Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, mas mantém-se afechado à tese sustentada por Tancredo Neves, quando da formação da Aliança Democrática: o atual mandato deve ser de quatro anos, sem reeleição.

Essa informação foi transmitida ontem por Aluísio Alves, que esteve no fim de semana com o presidente. Para o ministro da Administração, mesmo depois de retirado para a vida privada, Sarney não deixará de exercer ampla liderança no País. Sendo em vista as reformas que vem promovendo nos planos econômico, financeiro e social, com sucesso inegável. Continuando as coisas como vão, não dependerá do presidente ocupar tal espaço. A conjuntura ditará sua participação.

Para Aluísio Alves, é preciso fazer justiça a Sarney e reconhecer sua competência. Não se trata de sorte, mas de coragem. As medidas tomadas no último dia 28 resultaram de longo processo de decisão, comandado pessoalmente pelo chefe do governo. Pelo que sabe, Sarney chegou a pensar em editar o pacote no dia 1º de janeiro, imaginando anunciar naquele dia a reforma do Ministério e aproveitar o empuxo. Deixou de fazê-lo por complicações políticas surgidas na área do PMDB, já que alguns antigos ministros teimavam em não se desincompatibilizar senão a 15 de maio. Muito antes, porém, já havia encomendado apurados estudos sobre o que fazer diante de uma inflação incontrolável.

Em abril do ano passado, logo que passou de substituto a sucessor de Tancredo Neves, o presidente pediu ao ministro do Planejamento, João Sayad, que mandasse pessoa de sua confiança, como observador, aos países empenhados em tratamentos de choque contra a inflação. Pérsio



Arida passou dois meses em Israel, Francisco Lopes foi depois à Argentina. Tratava-se de preparar soluções antes que a crise tomasse proporções maiores, ao contrário daqueles países, obrigados a aplicar remédios drásticos no mais acedo de suas crises.

Com os índices inflacionários de janeiro surpreendendo o governo tanto quanto os de dezembro, o presidente determinou que os planos fossem acelerados. Com uma pequena equipe da qual só participavam Dílson Funaro, João Sayad e Jorge Murad, mais uns poucos assessores escolhidos a dedo, preparou-se para agir o mais rápido possível. Não aceitou a sugestão de aproveitar o Car-

naval e imaginou poder esperar até o dia 1º de maio. Diante das previsões inflacionárias para fevereiro, decidiu-se pelo dia 28 desse mês. Foram muitas as reuniões noturnas, no palácio da Alvorada, à margem da imprensa, do Ministério e de amigos mais chegados, a partir de 15 de fevereiro. No domingo, 23, as linhas gerais do pacote estavam prontas. Metucioso, Sarney apontava dúvidas e os auxiliares, mesmo de madrugada, empenhavam-se em esclarecê-las. Como ficariam as cadernetas de poupança? E os salários? Essa montagem final durou dois dias.

Na tarde de quarta-feira, 26, os ministros militares foram convocados ao palácio da Alvorada, sendo

cientificados de que na sexta-feira, 28, as medidas seriam anunciadas. Manifestaram-se de pleno acordo, mesmo sabendo que os salários castrenses seriam atingidos. Naquela noite, o presidente convocou o consultor-geral da República, Saulo Ramos, só naquele momento participando da reforma, para que redigisse o decreto-lei a ela referente. O advogado passou a madrugada mobilizando assessores e leis, mas sem dar a nenhum deles indícios das alterações. Despistou e pediu até a legislação sobre turismo, que nada tinha a ver com o pacote. Paulo Brossard, da Justiça, também entrou no circuito. Almir Pazzianotto, também.

Quinta-feira, 27, o País começou a respirar um clima de boatos, mas Aluísio Alves imagina que alguns deles terão sido estimulados pelo próprio Palácio do Planalto. "Funaro está demissionário", "Pazzianotto pediu demissão". Tudo fazia parte de tática desenvolvida para evitar que alguém fosse ao amágo da questão. Por deferência, Sarney chamou Ulysses Guimarães, na tarde desse dia, e encaminhou a conversa para reformas econômicas de choque, mas não houve muita receptividade. Assim, só no dia seguinte, sexta-feira, no café da manhã, novamente chamado ao Alvorada, o presidente do PMDB tomou conhecimento do pacote. Estava em companhia dos líderes de seu partido e dos dirigentes do PFL.

O empresário Murilo Mendes, amigo pessoal de Sarney, foi chamado a Brasília na quarta-feira, reunindo-se com Dílson Funaro e João Sayad. O presidente queria saber qual a reação do empresariado, também positiva pela reação de Mendes.

Toda a operação revelou capacidade, competência e coragem, no entender do ministro da Administração. A reação popular, amplamente favorável, colocou Sarney em posição de destaque junto à sociedade. Ainda mais quando ele, improvisando e saindo do texto escrito de seu discurso, na sexta-feira, convocou a população a que se transformasse em fiscal do presidente.